

nais, contam-se pelos dedos esses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais. E, aqui, convém lembrar que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diversa da imprensa artesanal que a antecedeu; nela, a divisão do trabalho ampliou-se consideravelmente, e a divisão em classes tornou-se clara. Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado. Esses elementos são, pois, diferentes, por origem de classe, e têm interesses contraditórios. Embora assalariados, os elementos intelectuais não têm situação proletária e sofrem as injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambigüidade. Disse bem o jurista: “Em face dos preceitos das Constituições do Mundo Ocidental, de plena proteção ao direito de propriedade, o conteúdo das colunas de um jornal é espaço tão submetido ao domínio privado como a terra”⁽³⁴⁶⁾. Disse bem o jornalista: “Assim como aos camponeses não pertence a terra, nem aos operários as fábricas, nem aos assalariados em geral os meios de produção, — lavram os homens de imprensa em seara alheia. Deles não são os veículos informativos: o jornal, o rádio, as agências telegráficas, a televisão e o cinema”⁽³⁴⁷⁾. Outro jornalista escreveria com absoluta franqueza: “Eu resolvi me emancipar porque cheguei à seguinte conclusão: no Brasil, nunca houve, na realidade, liberdade de imprensa. O que existe e sempre existiu é a opinião do dono do jornal. Ora, a minha opinião nem sempre coincidia com a do meu patrão e eu era despedido. Então eu resolvi ser rico, para poder ter opinião como jornalista. No jornalismo como vocês sabem, só se faz fortuna sendo picareta ou então alugando a opinião”⁽³⁴⁸⁾.

As reivindicações dos jornalistas, em consequência, teriam de encontrar resistência da parte dos proprietários de jornais; tais reivindicações não ultrapassaram o nível salarial; por largo tempo, satisfeitas, no todo ou em parte, escondiam o antagonismo inerente à situação de classe. Em 1944, o salário de um redator era cinco vezes o salário mínimo; em 1957, era 2,6 vezes esse mínimo; resultava esse rebaixamento em declínio do nível intelectual do pessoal de redação, a transformação dessa atividade em “bico”, o desvio dos melhores valores para outras atividades. Submetidos, sem liberdade de opinião, mal remunerados, os jornalistas começaram

(346) Osny Duarte Pereira: op. cit., pág. 19.

(347) Fernando Segismundo: op. cit., pág. 10.

(348) Davi Nasser: entrevista a *Manchete*, Rio, nº 704, de 15 de outubro de 1965.